

**ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS LIGAÇÕES POLÍTICAS DAS EMPRESAS  
COTADAS EM PORTUGAL**

**Maria Teresa Bianchi**

Doutoranda em Ciências Empresariais  
Faculdade de Economia, Universidade do Porto

**Rui Couto Viana**

Professor Auxiliar  
Faculdade de Economia, Universidade do Porto

**Área Temática:** H) Responsabilidade Social

**Palavras-chave:** ligações políticas; empresas cotadas; características, Portugal

# ESTUDO EXPLORATÓRIO SOBRE AS LIGAÇÕES POLÍTICAS DAS EMPRESAS COTADAS EM PORTUGAL

## Resumo

Este estudo corresponde a uma análise exploratória às empresas cotadas no *Euronext Lisbon*, em 2010, com o intuito de obter de obter uma imagem das características das empresas com ligações políticas e dos políticos a elas conectados. Evidências mostram que a maioria das empresas cotadas tinha ligações políticas e que os políticos conectados exerciam, em alguns casos, cargos de gestão em mais do que uma empresa. A dimensão das empresas que têm ligações políticas é significativamente maior que a das suas pares não conectadas. No entanto, os indicadores de autonomia financeira, rentabilidade do activo e a taxa efectiva de imposto sobre o rendimento parecem não ser significativamente diferentes nos dois grupos observados. Relativamente aos gestores políticos, o estudo mostra que a maioria assumiu o cargo de ministro, que todos possuem um grau académico superior e são do género masculino, e que a principal área de formação é a de Direito seguida da área da Economia.

## 1. INTRODUÇÃO

A relação entre a política e o mundo dos negócios é um tema que tem suscitado bastante interesse de investigação não apenas na área da ciência política mas também, sobretudo na última década, na área da gestão. A comunidade, em geral, considera que as ligações políticas são relações obscuras entre empresas e políticos e que normalmente envolvem práticas corruptas para obter vantagens no negócio. Essas relações podem resultar de ligações políticas directas, quando os elos de ligação da empresa são os gestores ou principais accionistas que exercem ou exerceram actividade política, e, também, de ligações políticas indirectas através, por exemplo, de actividades de *lobby* e de contributos monetários para apoio financeiro de campanhas eleitorais e de partidos políticos.

O conceito é novo na literatura da gestão e parece não existir ainda uma definição única, precisa e generalizada para ligações políticas. Em vez disso, coexistem várias definições para o mesmo conceito que foram desenvolvidas em função da pesquisa do investigador e do seu modelo teórico.

## 2. OBJECTIVOS DO ESTUDO

Neste trabalho, procuramos efectuar uma análise exploratória das empresas portuguesas com ligações políticas, com o objectivo de obter uma imagem das características comuns a essas empresas e dos políticos com elas relacionados. Para isso, temos como primeiro desafio definir uma medida viável para identificar as

ligações políticas em Portugal, e, como segundo desafio, construir uma base de dados das empresas com ligações políticas, que nos permita caracterizar os gestores políticos e as empresas conectadas. Este trabalho inscreve-se num projecto de investigação mais amplo que visa explorar o efeito das ligações políticas na qualidade da informação financeira e no governo das sociedades. Esse projecto de investigação tem ainda como objectivo colateral analisar a relação existente entre as ligações políticas e a responsabilidade social das empresas.

### **3. LIGAÇÕES POLÍTICAS**

#### **3.1. Definição de ligações políticas**

Várias são as formas de estabelecer o elo de ligação empresa-política. Genericamente, os estudos existentes na área da gestão apresentam duas ópticas na abordagem do tema que distinguem as ligações políticas directas das ligações políticas indirectas.

##### *3.1.1. Ligações políticas directas*

Há um corpo teórico que investiga as ligações políticas por intermédio dos membros do conselho de administração e de fiscalização. Esta óptica identifica as empresas com ligações políticas quando os seus gestores, administradores, ou maiores accionistas são, ou foram, políticos, funcionários públicos ou próximos do poder político. Por exemplo, Faccio (2006) considera que as empresas com ligações políticas são aquelas em que pelo menos um dos seus maiores accionistas ou um dos seus gestores ou administradores é deputado, ministro ou chefe de estado, ou tem relações próximas com a política. Nas ligações com ministros a autora considera não só os casos em que o próprio ministro ou chefe de estado é accionista ou membro da direcção, mas também os casos em que parentes próximos destes (marido, mulher, filhos irmãos ou pais) ocupam essas posições. Nas relações próximas inclui os accionistas, gestores e directores que foram primeiros-ministros ou chefes de estado, assim como relações com ex-directores que ocupam actualmente cargos políticos; e ainda relacionamentos com políticos estrangeiros e com partidos políticos. Fan et al. (2007) identificam as empresas chinesas conectadas politicamente se o CEO for um elemento (ou ex-elemento) do governo central, do governo local, ou militar. Boubakri et al. (2008) reconhecem as empresas com ligações políticas se pelo menos um dos elementos do conselho de administração ou do conselho fiscal for, ou tiver sido, político. Bertrand et al. (2004) definem as empresas francesas com ligações políticas como sendo aquelas cujos CEO frequentaram uma das escolas de elite (Grandes Écoles: Ecole Nationale d'Administration e École Polytechnique), foram funcionários públicos e exerceram cargos políticos.

##### *3.1.2. Ligações políticas indirectas*

Outra das formas de conexão política apontada pela literatura é a contribuição monetária para apoio a candidatos ou a partidos políticos. Neste caso, as ligações políticas são identificadas através da informação relativa aos gastos das empresas com donativos para o financiamento de partidos políticos e de campanhas eleitorais, e,

também, com despesas de *lobbying*. Esta traduz-se como uma das formas de relacionamento político com interesse mútuo; ocorrem por interesse de grupos e candidatos que prestam favores políticos para obterem recursos monetários para o financiamento das suas campanhas (Grossman e Helpman, 1996).

A maioria dos estudos que identifica as ligações políticas pelos contributos monetários de apoio partidário centra-se nas empresas dos EUA<sup>1</sup> (p.e., Roberts, 1990; Jayachandran 2006; Goldman et al., 2009). No entanto, estudos de outros países também adoptam este conceito na definição de ligações políticas. Por exemplo, Claessens et al. (2008) identificam as empresas brasileiras com ligações políticas através das campanhas de financiamento dos candidatos políticos. Voth e Ferguson (2008) consideraram na definição de empresas alemãs com poder político aquelas cujos elementos da direcção ou do conselho geral contribuíram financeiramente ou apoiaram o partido Nazi, no início dos anos 30. Nestes estudos torna-se claro que os donativos monetários para financiamento das campanhas, dos partidos e das actividades políticas, são um elo de ligação para a obtenção de favorecimentos políticos. Entretanto, também parece ser verdade que os donativos para apoio político têm um efeito menos importante sobre as decisões políticas do que aquilo que poderia parecer.

Nesta óptica de abordagem existem também estudos que relacionam as ligações políticas com as actividades de *lobbying* exercidas pelas empresas<sup>2</sup>. Estas actividades são exercidas no sentido de influenciar o processo de decisão política para que possam ser obtidos ganhos de próprio interesse. As despesas com *lobbying* são uma medida utilizada em vários estudos para quantificar o grau de ligação política das empresas (ver, p.e., Yu e Yu, 2008; Hill et. Al., 2010). Alguns destes estudos defendem que as actividades de *lobbying* são uma medida mais eficaz na persuasão do legislador do que os contributos monetários. Isto acontece porque, ao contrário do que se passa com o valor dos donativos para financiamento político, não existem limites legais para as despesas em actividades de *lobbying*.

### **3.2. Motivação para as ligações políticas**

A principal motivação para as ligações políticas é aumentar o valor da empresa. Ao realizar investimentos na relação empresa-política, as empresas alimentam a expectativa de obter certos resultados que se traduzirão no valor da empresa. As empresas são aliciadas pela expectativa de obtenção de ganhos porque têm consciência de que o tratamento preferencial dado a essas empresas lhes garante vantagens comparativas que se reflectem favoravelmente no desempenho económico e, conseqüentemente, no valor da empresa. Os benefícios que as empresas procuram retirar destas relações são vários, destacando-se, entre outros, a facilidade de

---

<sup>1</sup> A maioria dos restantes estudos, não EUA, considera apenas no âmbito da definição os relacionamentos gerados por outros meios que não a contribuição de campanhas políticas. A razão prende-se essencialmente com as leis nacionais de financiamento dos partidos políticos que poderão, ou não, permitir contribuições das empresas no financiamento dos partidos. Por exemplo, em Portugal os partidos políticos não podem receber, por qualquer título, contribuições de valor pecuniário de empresas nacionais.

<sup>2</sup> Em Portugal, a actividade de *lobbying* não se encontra regulamentada.

financiamento nos bancos controlados pelo estado (Chiu e Joh, 2004, Cull e Xu, 2005, Dinç, 2005, Johnson e Mitten, 2003, Khwaja e Mian, 2005), o tratamento preferencial nos concursos públicos (Agrawal e Knoeber, 2001), o acesso privilegiado a subsídios governamentais (Bertrand et al., 2004), a protecção legal (Kroszner e Stratmann, 1998) e a comprometimentos de resgate em situações de dificuldade financeira (Faccio et al., 2006). Mas não são só as empresas a retirar benefícios das ligações políticas. De facto, podemos também afirmar que as ligações políticas poderão produzir benefícios quer para os políticos, quer para os gestores das empresas relacionadas. Da mesma forma que os favores políticos podem beneficiar economicamente as empresas conectadas, as hipóteses de (re)eleição dos políticos podem ser favoravelmente afectadas pelas práticas de gestão adoptadas (ver, por exemplo, Shleifer e Vishny (1994) e Khwaja e Mian (2005) no contexto de empresas controladas pelo estado, e Bertrand et al. (2004) no caso das empresas cotadas não directamente controladas pelo estado). Além disso, os gestores das empresas também se sentem atraídos a concorrer a cargos políticos para extrair os benefícios daí decorrentes (remuneração mais elevada, status social, maior facilidade no acesso às decisões políticas, etc.).

### **3.3. Consequências das ligações políticas**

Apesar de considerarmos que a principal causa para as empresas se comprometerem em relacionamentos políticos é aumentar o seu valor, os estudos existentes são contraditórios nos resultados que apresentam. Por um lado, uns demonstram uma relação positiva entre as ligações políticas e o valor da empresa, tanto em países com fortes sistemas legais e baixos níveis de corrupção como em países de fracos sistemas legais e elevados níveis de corrupção. Nesses estudos prevalece a ideia de que as ligações políticas criam valor para a empresa ao gerarem benefícios futuros (vantagens comparativas) (ver, por exemplo, Fan et al., 2007; Fisman, 2001; Goldman et al., 2009; Johnson e Mitton, 2003; Li et al., 2008; Niessen e Ruenzi, 2010). Por outro lado, outros defendem que, apesar das ligações políticas providenciarem um elevado número de benefícios (*leverage* mais elevado, impostos mais baixos e maior poder de mercado, etc.), as empresas com ligações políticas têm um desempenho inferior ao das suas pares não conectadas (ver, p.e., Chaney et al. (2011), Fan et al. (2007), Faccio (2006, 2010), Bertrand et al. (2007)). Estes consideram que a interferência política na gestão da empresa e o fraco perfil dos políticos, para actos de gestão, podem ser prejudiciais para o desempenho económico e para o valor da empresa.

Na explicação destes efeitos podem ser utilizados argumentos baseados na teoria de agência e na teoria baseada em recursos (*resource based theory*). Enquanto que o efeito positivo das ligações políticas pode ser explicado através da teoria baseada em recursos, a teoria da agência ajusta-se à explicação dos efeitos negativos, dessas ligações, verificados essencialmente nas empresas controladas pelo estado (Wenfeng et al. 2010). Assim, de acordo com a teoria baseada em recursos, a vantagem comparativa das empresas com ligações políticas resulta da posse de recursos e de capacidades que geram benefícios económicos e que não podem ser, ou dificilmente são, obtidos pelas empresas concorrentes. Como vimos, existem estudos a

demonstrar que as ligações políticas podem ajudar as empresas a obter esses recursos e essas capacidades geradores de vantagens comparativas e que, por isso, são criadoras de valor para a empresa.

De acordo com a teoria da agência, a nomeação de gestores políticos (principalmente nas empresas controladas pelo estado) vai dar prioridade ao alinhamento dos objectivos da empresa com os objectivos do governo (políticos), em detrimento da maximização do valor da empresa.

Em resumo, não há na literatura aspectos conclusivos que permitam afirmar que as relações políticas estabelecidas pelas empresas as favorecem e em que contexto. Em vez disso, os estudos existentes permitem inferir que, devido à multiplicidade de variáveis e métodos de mensuração, contextos políticos e correntes teóricas, ainda não se podem oferecer generalizações.

#### **4. ESTUDO EXPLORATÓRIO**

##### **4.1. Dados sobre a composição dos órgãos de administração e fiscalização das empresas cotadas e identificação das ligações políticas**

Para resolvermos o primeiro desafio proposto – definir uma medida viável para identificar as ligações políticas em Portugal –, no nosso trabalho identificamos apenas as ligações políticas directas. Ou seja, restringimos a nossa definição à primeira óptica de abordagem teórica e consideramos que uma empresa tem ligações políticas se, pelo menos, um dos elementos dos principais órgãos de administração e fiscalização (mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), for, ou tiver sido, chefe de estado, primeiro-ministro, ministro, secretário de estado ou deputado. Esta opção deve-se a três razões: em primeiro lugar, porque existe informação disponível para se poder adoptar este modelo na identificação das empresas objecto de estudo; em segundo lugar, porque não é permitido, pela lei portuguesa, as empresas efectuarem donativos para financiamento dos partidos políticos nem para apoio de campanhas eleitorais; e, em terceiro lugar, porque em Portugal a actividade de *lobbying* não se encontra regulamentada nem, tão-pouco, reconhecida pelo parlamento, não sendo, por isso, possível identificar as empresas com ligações políticas através das despesas em actividades de *lobbying*.

Assim, para identificarmos a presença de ligações políticas, procedemos à recolha dos nomes dos elementos que integram a Mesa da Assembleia Geral (AG), o Conselho de Administração (CA)/Conselho de Administração Executivo (CAE) e o Conselho Fiscal (CF)/Conselho Geral e de Supervisão (CGS), das empresas cotadas no *Euronext Lisbon*, em 2010, e efectuamos uma análise aos currículos desses elementos. Para a construção desta base de dados (Tabela A, apresentada em anexo), combinamos três fontes diferentes. A primeira fonte corresponde ao directório da CMVM sobre a prestação de contas anuais das sociedades emittentes de valores mobiliários, admitidos à negociação em mercado regulamentado. Neste directório consultamos os relatórios e contas e, quando separados, os relatórios de governo das sociedades; Sendo uma das recomendações da CMVM que os membros dos órgãos sociais tenham habilitações e experiência adequados aos cargos por eles exercidos, os relatórios do governo das sociedades contêm, geralmente em anexo, para atestar

tais competências, os respectivos currículos. Com base nessa informação foi possível identificar algumas das ligações políticas. Recorremos ainda a outras duas fontes: lista de governantes políticos dos últimos 36 anos que exerceram funções de gestão nas grandes empresas, desenvolvida por Costa et al. (2010) - esta lista é o resultado de uma pesquisa que incidiu apenas sobre os ministros e secretários de estado dos sectores estratégicos da economia, finanças, obras públicas, emprego e planeamento -; e, motor de busca Google onde foi efectuada a pesquisa sobre a actividade política de cada um dos indivíduos a observar. Para confirmar a veracidade da informação recolhida, consultamos as páginas oficiais da Presidência da República, do Governo e da Assembleia da República. Neste contexto, constatamos que 60% das empresas cotadas no *Euronext Lisbon*, em 2010, tinha ligações políticas, representando 90% das PSI-20 e 40% das restantes empresas cotadas, como ilustra a tabela 1.

**Tabela 1 – Número de empresas cotadas com ligações políticas**

<b>Empresas cotadas no Euronext Lisbon em 2010</b>	<b>Com</b>			<b>Sem</b>	
	<b>Total</b>	<b>ligações políticas</b>	<b>(%)</b>	<b>ligações políticas</b>	<b>(%)</b>
PSI 20	20	<b>18</b>	90%	2	10%
Restantes	31	<b>13</b>	42%	18	58%
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>31</b>		<b>20</b>	
	<b>(%)</b>	<b>61%</b>		<b>39%</b>	

A tabela 2 evidencia a existência de 51 ligações políticas nas 18 empresas PSI-20 identificadas e 19 ligações nas restantes 13 empresas conectadas. De salientar que os ministros são os políticos que asseguram mais cargos de gestão (47% das ligações políticas envolvem ministros). Convém ainda referir que alguns políticos estão ligados a mais do que uma empresa cotada e que, por isso, os 70 cargos de gestão identificados são preenchidos por 51 políticos, conforme se apresenta na tabela 3

**Tabela 2 – Tipos de ligações políticas das empresas cotadas no Euronext Lisbon 2010**

<b>Ligações directas com:</b>	<b>PSI 20</b>	<b>Restantes</b>	<b>Total</b>	<b>(%)</b>
1º Ministro		1	1	<b>1,4%</b>
Ministros	24	9	33	<b>47,1%</b>
Secretários de estado	16	6	22	<b>31,4%</b>
Deputados	11	3	14	<b>20,1%</b>
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>19</b>	<b>70</b>	
	<b>(%)</b>	<b>73%</b>	<b>27%</b>	
<b>Relações próximas:</b>				
Chefe de gabinete de ministro ou de sec. de estado	2	1	3	
Conselho de estado	0	2	2	
Casa civil do presidente da república	2	0	2	
Parentes próximos de ministros	1	3	4	
Comissão Política Nacional	2	2	4	
Assessores/ Adjuntos de Ministros	3	0	3	

A tabela 2 mostra também que existem relações próximas com a política, através do envolvimento de chefes de gabinetes de ministros e de secretários de estado, de conselheiros de estado, de representantes da casa civil da presidência da república, de familiares de ministros, de elementos de comissões políticas nacionais, de assessores e adjuntos de ministros, mas que, como referimos anteriormente, não serão objecto de estudo no presente trabalho.

**Tabela 3 – Estatísticas descritivas das empresas com ligações políticas e dos políticos conectados em 2010**

	<i>PSI</i>	<i>Restantes</i>	<i>Total</i>
	<i>20</i>		
<b><i>Empresas com ligações políticas</i></b>	18	13	31
Número de ligações políticas	51	19	70
Média	2,83	1,46	2,26
Desvio Padrão	1,65	0,88	1,53
Mediana	2,5	1	2
Moda	4	1	1
Min	1	1	1
Max	7	4	7
<b><i>Políticos com cargos de gestão nas empresas cotadas<sup>3</sup></i></b>			51
Número de ligações políticas			70
Média			1,37
Desvio Padrão			0,692
Mediana			1
Moda			1
Min			1
Max			3

#### 4.2. Caracterização das empresas e dos políticos conectados

O segundo desafio consiste na caracterização das empresas com ligações políticas e dos políticos a elas conectados.

##### 4.2.1. Caracterização das empresas com ligações políticas

Neste ponto apresentamos as características das empresas com ligações políticas em termos de: dimensão (medida pelo total do activo; volume de negócios e

<sup>3</sup> A tabela B, apresentada em anexo, sumaria a informação relacionada com os políticos conectados.



número de trabalhadores); endividamento bancário; autonomia financeira; rentabilidade do activo e taxa efectiva de imposto e sector de actividade. Com isso, tentamos centrar-nos em algumas características que possam reflectir os benefícios das conexões políticas para as empresas. No entanto, não é nossa intenção, neste trabalho, inferir causalidade dos resultados obtidos, mas apenas caracterizar as empresas e os políticos conectados.

Na tabela 4, apresentam-se estatísticas descritivas para a amostra das empresas, cotadas no *Euronext Lisbon*, com ligações políticas e para as suas pares sem ligações políticas.

**Tabela 4 – Características das empresas cotadas no *Euronext Lisbon* em 2010**

	<b>Empresas cotadas no <i>Euronext Lisbon</i> em 2010</b>			
	<b>Com ligações políticas</b>		<b>Sem ligações políticas</b>	
	<i>média</i>	<i>mediana</i>	<i>média</i>	<i>mediana</i>
Total activo	13.676.000.000,00	3.512.900.000,00	5.997.500.000,00	406.810.000,00
Volume de negócios	5.054.500.000,00	907.100.000,00	580.210.000,00	212.550.000,00
Nº de trabalhadores	8.699	2.331	3.712	1.511
Financiamento bancário	774.970.000,00	405.800.000,00	762.630.000,00	59.815.402,00
AF (%)	24,79	22,77	27,07	24,43
ROA (%)	4,35	3,78	4,44	4,28
Taxa efectiva de imposto (%)	21,96	23,13	31,13	30,48

A autonomia financeira (AF) corresponde ao quociente entre o valor dos capitais próprios e o activo líquido. **A rentabilidade do activo (ROA) é o quociente entre o resultado operacional (resultado de gastos de financiamento e impostos/EBIT) e o activo total líquido. A taxa efectiva de imposto corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento dividido pelos resultados antes de impostos.**

Os pressupostos da normalidade da distribuição das médias e a homogeneidade das variâncias dos grupos foram avaliados com o teste de Kolmogorov-Smirnov e com o teste de Levene. Nos casos em que não se verificaram estas condições foi utilizado o teste t-student para comparação das duas médias das amostras independentes. Nos restantes casos, foi utilizado o teste de Kruskal-Wallis na comparação das duas amostras independentes, porque não se verifica o pressuposto das variáveis em estudo terem uma distribuição normal exigido pelos testes paramétricos, e porque as amostras são de pequena dimensão, de acordo com o sugerido por Maroco (2007).

Atendendo aos parâmetros, total do activo e volume de negócios, utilizados para medir a dimensão das empresas, a tabela 4 mostra que a dimensão das empresas com ligações políticas é significativamente superior em relação às suas pares não conectadas. No entanto, em termos de número de trabalhadores, apesar da tabela evidenciar uma média superior nas empresas conectadas, as diferenças observadas não são estatisticamente significativas ( $p > 0,05$ ).

De acordo com o teste de *t-student*, as diferenças observadas, nos dois grupos, entre os rácios de autonomia financeira, de rentabilidade do activo e entre a taxa efectiva de imposto, não são estatisticamente significativas.

Na caracterização das empresas pelo sector de actividade utilizamos a classificação *Industry Classification Benchmark* (ICB), adoptado pelo *NYSE Euronext European Regulated Markets*)<sup>4</sup>.

**Tabela 4 – Classificação das empresas com ligações políticas por ICB**

<b>Industry Classification Benchmark</b>	<b>Empresas com ligações políticas</b>	
	<b>PSI-20</b>	<b>Restantes</b>
<i>Industrials</i>	4	3
<i>Financials</i>	4	1
<i>Utilities</i>	4	0
<i>Consumer services</i>	3	6
<i>Basic materials</i>	1	1
<i>Telecommunications</i>	2	0
<i>Technology</i>	0	2
<i>Consumer goods</i>	0	0
	18	13

#### **4.2.2. Caracterização dos políticos que integraram em 2010 os órgãos sociais das empresas cotadas**

Na caracterização dos gestores com ligações políticas, foram consideradas dimensões relacionadas com a formação e com o *background* político dos gestores. A tabela 5 sumaria a informação recolhida<sup>5</sup> sobre estes elementos.

<sup>4</sup> Para obtenção de informação mais detalhada sobre a classificação ICB consultar o *website* ICB: [www.icbenchmark.com](http://www.icbenchmark.com).

<sup>5</sup> Consultar a tabela B apresentada em anexo.

**Tabela 5 – Caracterização dos políticos envolvidos nas empresas**

<b>Formação</b>	<b>Frequência absoluta</b>	<b>Frequência relativa</b>	<b>Frequência cumulada</b>
<b>Habilitações académicas</b>			
Licenciatura	38	74,50	74,50
Mestrado	4	7,80	82,40
Doutoramento	9	17,60	100,00
	51	100,00	
<b>Área de Formação</b>			
Economia	12	23,50	23,50
Gestão	4	7,80	31,40
Finanças	6	11,80	43,10
Direito	25	7,80	51,00
Engenharia	4	49,00	100,00
	51	100,00	
<b>Género</b>			
Feminino	0	0,00	0,00
Masculino	51	100,00	100,00
	51	100,00	
<b>Background político</b>			
<b>Cargo político</b>			
Primeiro-ministro	1	2,00	2,00
Ministro	21	41,20	43,10
Secretário de estado	18	35,30	78,40
Deputado	11	21,60	100,00
	51	100,00	
<b>Governo/Grupo Parlamentar</b>			
PS	20	39,20	39,20
PSD	21	41,20	80,40
CDS	2	3,90	84,30
PS/PSD	3	5,90	90,20
PSD/CDS	3	5,90	96,10
PSD/CDS/PPM	2	3,90	100,00
	51	100,00	

## 5. CONCLUSÕES

Este trabalho não deve ser interpretado como uma intenção de determinar um relacionamento causal. Em vez disso, deverá ser considerado como a primeira etapa na construção de uma base de dados das empresas com ligações políticas, que se inscreve num projecto de investigação mais amplo, que visa explorar o efeito das ligações políticas na qualidade da informação financeira e no governo das sociedades cotadas em Portugal.

Assim, este estudo corresponde a uma análise exploratória às empresas cotadas no *Euronext Lisbon*, em 2010, com o intuito de obter uma imagem das características das empresas com ligações políticas e dos políticos com elas relacionados.

Consideramos que uma empresa tem ligações políticas se, pelo menos, um dos elementos dos principais órgãos de administração e fiscalização (mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), for, ou tiver sido, chefe de estado, primeiro-ministro, ministro, secretário de estado ou deputado. Neste contexto, identificamos 31 empresas, 51 políticos e 70 envolvimentos. A maioria das empresas cotadas (60,78%) tinha ligações políticas e os políticos envolvidos exerciam, em alguns casos, cargos de gestão/administração/fiscalização em mais do que um empresa. Relativamente às empresas identificadas, o estudo mostra que a dimensão das empresas com ligações políticas é significativamente maior que a das suas pares não conectadas. No entanto, os indicadores de autonomia financeira, rentabilidade do activo e taxa efectiva de imposto sobre o rendimento parecem não ser significativamente diferentes nos dois grupos observados. Quanto aos políticos, o estudo mostra que, a maioria, assumiu o cargo de ministro, que todos possuem um grau académica superior e são do género masculino, e que a principal área de formação é a de Direito seguida de Economia.

## Bibliografia

- Agrawal, a. e Knoeber, C., 2001. Do some outside directors play a political role? *Journal of Law and Economics*. Vol. 44, 179-198.
- Bertrand, M., Kramarz F., Schoar A., Thesmar, D., 2004. Politically connected CEOs and corporate outcomes: evidence from France. Working Paper, University of Chicago.
- Boubakri, N., Cosset, J.C., Saffar, W., 2008. Political connections of newly privatized firms. *Journal of Corporate Finance*, Vol. 14, 654-673.
- Chaney, P. K., Faccio, M., Parsley, D. 2011. The quality of accounting information in politically connected firms. *Journal of accounting and Economics*, 51, 58-76.
- Chiu, M., Joh, S. W, 2004. Loans to distressed firms: Political connections, related lending, business group affiliations, and bank governance. Working Paper, Chinese University of Hong Kong.
- Claessens, S., Feijen, E. and Laeven, L., 2008. Political connections and preferential access to finance: the role of campaign contributions. *Journal of Financial Economics*, Vol. 88, 554–80.
- Costa, J., Fazenda, L., Honório, C., Louça, F. e Rosas F., 2010. Os Donos de Portugal – Cem anos de poder económico (1910-2010). Edições Afrontamento.
- Cull, R. e Xu, L. C., 2005. Institutions, ownership and finance: The determinants of profit reinvestment among Chinese firms. *Journal of Financial Economics*, vol. 77, 117-146.
- Dinç, S., 2005. Politicians and banks: political influences on government-owned banks in emerging markets. *Journal of Financial Economics* vol. 77, 453-479.
- Faccio, M., 2006. Politically connected firms. *American Economic Review*. Vol.96, 369–386.
- Faccio, M., Masulis, R., McConnell, J.J., 2006. Political connections and corporate bailouts. *Journal of Finance* . 61, 2597-2635.
- Faccio, M., 2010. Differences between politically connected and nonconnected firms. *Financial Management*. Autumn, 905-927.
- Fan, J.P.H., Wong, T.J., Zhang, T., 2007. Politically-connected CEOs, corporate governance and post-IPO performance of China's newly partially privatized firms. *Journal of Financial Economics*, Vol. 84, 330–357.
- Fisman, R., 2001. Estimating the value of political connections. *American Economic Review*, Vol. 91, 1095–1102.
- Goldman, E., Rocholl, J. and So, J., 2009. Do politically connected boards affect firm value? *The Review of Financial Studies*, Vol. 22, nº.6, 2331–2360.
- Grossman, G. e Helpman, E., 1996. Electoral competition and special interest politics. *Review of Economic Studies*, 63, 265-286.

- Hill, M. D., Fuller, K., Kelly, G. W. and Washam, J., 2010. Corporate Cash Holdings and Political Connections. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1601502> ou em <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1601502>
- Jayachandran, S., 2006. The Jeffords Effect. *Journal of Law and Economics*, Vol. 49, No. 2, 397-425.
- Johnson, S. and Mitton, T., 2003. Cronyism and capital controls: evidence from Malaysia. *Journal of Financial Economics*, Vol. 67, 351–382.
- Maroco, J., 2007. Análise estatística - com utilização do SPSS. Edições Silabo, Lisboa.
- Khwaja, A.I. e Mian A., 2005. Do Lenders Favour Politically Connected Firms? Rent-Seeking in an Emerging Financial Market. *Quarterly Journal of Economics* 120, 1371-1411.
- Kroszner, R.S. e Stratmann,, T., 1998. Interest Group Competition and the Organization of Congress: Theory and Evidence from Financial Services' Political Action Committees. *American Economic Review*. 88, 1163-1188.
- Li, H., Meng, L., Wang, Q. and Zhou, L., 2008. Political connections, financing and firm performance: evidence from Chinese private firms. *Journal of Development Economics*, Vol. 87, 283–299.
- Niessen, A. e Ruenzi, S., 2010. Political connectedness and firm performance: Evidence from Germany. *German Economic Review*. Vol.11, nº.4, 441-464.
- Roberts, B.E, 1990. A Dead Senator Tells no Lies: Seniority and Distribution of Federal Benefits, *American journal of Political Science*, vol. 34, nº1, 31-58.
- Shleifer, A. e Vishny, W. 1994. Politicians and firms. *The Quarterly Journal of Economics*, 996-1025.
- Voth, H.-J. e Ferguson, T. Betting on Hitler - The Value of Political Connections in Nazi Germany. *Quarterly Journal of Economics*, Forthcoming. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=651984>
- Wenfeng. W., Chongfeng, W. e Oliver M. R., 2010. Ownership and Value of Political Connections: Evidence from China. *European Financial Management*, 1-35.,
- Yu, F.; Yu, X., 2008 Corporate Lobbying and Fraud Detection. *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, Forthcoming. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=954368>

Tabela A – Empresas com ligações políticas

	1º Ministro	Ministros	Secretários de estado	Deputados	Outras					
					Chefes de gabinete	Conselho de estado	Parentes próximos	Casa civil da PR	Comissão política s/	Adjuntos de
Empresas PSI-20	Altri SGPS									
	BANIF SGPS		1	1	2					
	BCP		2	2		1				
	BES				2					
	BPI			1	3	1		1		
	Brisa		1	2						
	Cimpor			1						
	EDP		5	2						
	EDP Renováveis		3	1						
	GALP Energia SGPS		4							
	Jerónimo Martins SGPS SA			2					1	
	Mota Engil		2	1	1					
	Portucel Produtora de Pasta e Papel		1							
	PT TELECOM SGPS			1				2		
	REN SGPS			1						3
	Semapa SGPS		2						1	
	Sonae industria SGPS									
	Sonae SGPS SA		1		1					
	Sonaecom SGPS				1					
Zon Multimédia		2	1	1						
	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>2</b>		<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Restantes Empresas cotadas	Banco Popular Español							1		
	Banco Santander, S.A.			1			1		2	
	Cofina SGPS S.A.									
	Compta S.A.							1		
	Corticeira Amorim, SGPS, S.A.									
	Espírito Santo Financeiro (Portugal) SGPS,S.A.									
	Estoril Sol, SGPS, S.A.		1			1				
	F. Ramada - Investimentos, SGPS, S.A.									
	Fisipe - Fibras Sintéticas de Portugal, S.A.									
	Futebol Clube do Porto - Futebol SAD			1						
	Glantt SGPS, SA									
	Grupo Media Capital SGPS S.A.									
	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.		1							
	Ibersol - SGPS, S.A.									
	Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.				1					
	Impresa S.A.	1	2		1			1		
	Inapa-Inv.Participações e Gestão, S.A.			1						
	Lisgráfica S.A.									
	Martifer, SGPS, S.A.									
Novabase, SGPS, S.A.		2								

Reditus - SGPS, S.A.			1							
Sacyr Vallehermoso S.A.										
SAG GEST - SGPS		1								
Sociedade Comercial Orey Antunes		1								
Sonae Capital SGPS, S.A.										
Sporting Clube de Portugal – Futebol, SAD			2			1				
Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD		1		1						
SUMOL+COMPAL, S.A.										
Teixeira Duarte S.A.										
Toyota Caetano Portugal, S.A.										
VAA - Vista Alegre Atlantis, S.G.P.S., S.A.										
	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>



**Tabela B – Políticos conectados**

	<b>Cargo de gestão</b>	<b>Empresa</b>	<b>Background político</b>	<b>Governo/Grupo Parlamentar</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Idade</b>
Agostinho Alberto Bento da Silva Abade	Presidente do CF/CGS	Sporting-Futebol, SAD	Secretário de Estado do Comércio Interno (84/85) do IX Governo Constitucional	PS/PSD	Licenciatura	Finanças	64
Alexandre de Azeredo Vaz Pinto	Vogal do CA/CAE	Impresa, S.A.	Ministro do Comércio e Turismo (Jan a Set 1981) do VII Governo Constitucional	PSD/CDS/PPM	Licenciatura	Economia	71
Álvaro João Duarte Pinto Correia	Presidente do CA/CAE	Inapa, S.A.	Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (1976-78)	PS	Licenciatura	Engenharia civil	78
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Vogal do CA/CAE	BPI	Deputado à assembleia da república/ Presidente do grupo parlamentar (1992-94)	CDS	Mestrado	Direito - Ciências Jurídico-Económicas	51
	Vogal do CA/CAE	Mota Engil					
	Vogal do CA/CAE	Sonaecom					
António de Almeida	Presidente do CF/CGS	EDP	Secretário de estado do tesouro (1978-79;79-80;83-85) dos IV, V e IX Governos Constitucionais	PS/PSD	Licenciatura	Economia	73
António Ernesto Neto da Silva	Vogal do CF/CGS	BANIF	Secretário de estado do comércio externo(1990-91) do XI Governo Constitucional	PSD	Licenciatura	Economia	62
António José de Castro Guerra	Presidente do CA/CAE	Cimpor	Secretário adjunto da indústria e da inovação do XVII Governo Constitucional	PS	Doutoramento	Economia	57
António José Fernandes de Sousa	Vogal do CA/CAE	Brisa	Secretário de estado-adjunto e das finanças (1993-94); Secretário de	PSD	Doutoramento	Gestão	55

			estado-adjunto e do comércio externo (1991-93) do XII Governo Constitucional; secretário de estado da indústria (1987-89)				
António Luís Guerra Nunes Mexia	Presidente do CA/CAE	EDP Renováveis	Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações do XVI Governo Constitucional	PSD/CDS	Licenciatura	Economi a	53
	Vogal do CF/CGS	BCP					
	Presidente do CA/CAE	EDP					
	<b>Cargo de gestão</b>	<b>Empresa</b>	<b>Background político</b>	<b>Governo/Grupo Parlamentar</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Idade</b>
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino	Presidente da mesa da AG	Brisa	Ministro da presidência e da defesa (1995-97) do XIII Governo Constitucional ...	PS	Mestrado	Direito - Ciências Jurídico-Políticas	53
	Presidente da mesa da AG	Novabase, SGPS, S.A.					
António Nogueira Leite	Vogal do CA/CAE	Brisa	Secretário de estado do tesouro e das finanças (1999-2000) do XIV Governo Constitucional	PS	Doutoramento	Economi a	48
	Vogal do CA/CAE	EDP Renováveis					
	Vogal do CA/CAE	Reditus - SGPS, S.A.					
Artur Santos Silva	Presidente do CA/CAE	BPI	Secretário de estado do tesouro (1975/76) do VI Governo provisório	PSD	Licenciatura	Direito	69
	Vogal do CA/CAE	Jerónimo Martins					
Daniel Bessa Fernandes Coelho	Presidente do CF/CGS	GALP Energia	Ministro da Economia, Indústria Comércio e Turismo do XIII	PS	Doutoramento	Economi a	62

	Presidente do CF/CGS	Sonae	Governo Constitucional				
Daniel Proença de Carvalho	Presidente da mesa da AG	GALP Energia	Ministro da comunicação social (1978) do IV Governo Constitucional. Mandatário da candidatura presidencial de Cavaco Silva em 1996.	PSD	Licenciatura	Direito	69
	Presidente do CA/CAE	Zon multimédia					
	Presidente da mesa da AG	Estoril Sol, SGPS, S.A.					
Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado	Vogal do CF/CGS	EDP	Secretário de estado da justiça (1999-2002) do XIV Governo Constitucional	PS	Licenciatura	Direito	49
Eduardo de Almeida Catroga	Vogal do CF/CGS	EDP	Ministro das Finanças do XII Governo constitucional	PSD	Licenciatura	Finanças	68
	<b>Cargo de gestão</b>	<b>Empresa</b>	<b>Background político</b>	<b>Governo/Grupo Parlamentar</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Idade</b>
Fernando António Portela Rocha de Andrade	Vogal do CA/CAE	REN	Adjunto do Ministro da Justiça (2001-02). Adjunto do Ministro dos Assuntos Parlamentares (1995 - 99). Subsecretário de Estado da Administração Interna do XVII Governo Constitucional, de 14 de Março 2005 a 1 de Fevereiro de 2008 Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Aveiro (2003 - 05). Militante do Partido Socialista desde 1989. Membro da Comissão Política Nacional	PS	Mestrado	Direito - Ciências Jurídico-Económicas	39

Fernando Manuel Barbosa Faria de Oliveira	Vogal do CF/CGS	EDP	Ministro do Comércio e Turismo dos XI e XII Governos Constitucionais	PSD	Licenciatura	Engenharia mecânica	69
Fernando Manuel dos Santos Gomes	Vogal do CA/CAE	GALP Energia	Secretário de estado da habitação e urbanismo do IX Governo Constitucional; Ministro adjunto e ministro da Administração Interna do XIV Governo Constitucional	PS	Licenciatura	Economia	64
Francisco José Pereira Pinto de Balsemão	Presidente do CA/CAE	Impresa, S.A.	Primeiro-Ministro dos VII e VIII governos constitucionais (1981-83)	PSD/CDS/PPM	Licenciatura	Direito	73
Francisco Luís Murteira Nabo	Presidente do CA/CAE	GALP Energia	Secretário de estado dos transportes do IX Governo Constitucional; Ministro do Equipamento Social (Obras Públicas) do XIII Governo Constitucional	PS	Licenciatura	Economia	71
Henrique Reynaud Campos Trocado	Vice-presidente da mesa da AG	Sporting-Futebol, SAD	Adjunto do Secretário de Estado da Instrução e Cultura entre 1973 e 1974. Secretário de Estado da Reforma Administrativa (1977).	PS	Licenciatura	Direito	59
Joaquim Martins Ferreira do Amaral	Vogal do CA/CAE	Semapa	Ministro das obras Públicas, Transportes e Comunicações (1990/95); Ministro do comércio e turismo (1987/90); (Secretário de estado do turismo (1984/85); Secretário de estado da integração europeia (1981); Secretário de estado das indústrias extractivas e transformadoras (1979).	PSD	Licenciatura	Engenharia mecânica	65
	<b>Cargo de</b>	<b>Empresa</b>	<b>Background político</b>	<b>Governo/Gr</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Área de</b>	<b>Idade</b>

	gestão			upo Parlamentar		formaçã o	
Jorge de Figueiredo Dias	Vogal do CF/CGS	BPI	Deputado à Assembleia da República de 1976 a 1978. Fez parte do núcleo de fundadores do PPD-PSD, em Maio de 1974. Foi membro da sua Comissão Política Nacional até 1977 e seu Vice-Presidente entre 1996 e 1997.	PSD	Doutoramento	Direito	73
Jorge Paulo Sacadura de Almeida Coelho	Vice-presidente do CA/CAE	Mota Engil	Ministro do estado e do equipamento social (99-2001)/Ministro da administração interna (97-99)/Ministro adjunto (95/97)/Deputado (91-95)	PS	Licenciatura	Gestão	56
José Lino Tranquada Gomes	Vogal do CF/CGS	BANIF	Deputado da comissão política regional do PPD/PSD Madeira	PSD	Licenciatura	Direito	52
José Manuel Alves Elias da Costa	Vogal do CA/CAE	Banco Santander, S.A.	Secretário de Estado da Construção e Habitação; Secretário de estado das Finanças	PSD	Licenciatura	Finanças	
José Manuel de Matos Fernandes	Presidente da mesa da AG	Futebol Clube do Porto - Futebol SAD	Secretário de estado da justiça(1995/96). Secretário de estado adjunto do ministro da justiça (1996-99)	PS	Licenciatura	Direito	
José Pedro Aguiar Branco	Presidente da mesa da AG	Portucel	Ministro da Justiça (2004-2005) e Ministro da Defesa Nacional (2011_).	PSD	Licenciatura	Direito	53
	Presidente da mesa da AG	Semapa					
	Presidente da mesa da AG	Impresa , S.A.					
José Silva Lopes	Vogal do	EDP	Ministro das Finanças e do Plano	PS	Licenciatura	Finanças	78

	CA/CAE	Renováveis	do III Governo Constitucional				
José Xavier de Bastos	Vogal do CF/CGS Vogal do CA/CAE	BCP PT TELECOM	Secretário de estado da presidência do conselho de ministros (78/79)	PSD	Licenciatura	Direito	72

	Cargo de gestão	Empresa	Background político	Governo/Grupo Parlamentar	Habilitações	Área de formação	Idade
Júlio de Castro Caldas	Presidente da mesa da AG	Zon multimédia	Foi Deputado à Assembleia da República, nas I (1980) e II (1980-1983) Legislaturas, eleito pelo PSD no Círculo Eleitoral de Viana do Castelo. Posteriormente, foi ministro da Defesa do XIV Governo Constitucional (1999-2001), presidido por António Guterres.	PS	Licenciatura	Direito	67
	Presidente do CF/CGS	Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.					
Luís Fernando Mira Amaral	Vogal do CA/CAE	Novabase, SGPS, S.A.	Ministro da Indústria e Energia dos XI e XII Governos constitucionais; Ministro do Trabalho e da S.Social do X Governo constitucional	PSD	Mestrado	Economia	65
Luís José Vieira Duque	Vogal do CA/CAE	Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD	Adjunto do Secretário Estado da Justiça do VIII Governo Constitucional; deputado à Assembleia República na IX Legislatura; vereador da Camara Municipal de Sintra.	PSD	Licenciatura	Direito	53

Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves	Vogal do CA/CAE	Mota Engil	Secretário de estado adjunto e das obras públicas (1999-2002); Secretário de estado da administração interna (1995-99)	PS	Licenciatura	Direito	51
Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha	Presidente da mesa da AG	BANIF	Ministro de Estado e Ministro das Finanças do XVII Governo Constitucional	PS	Doutoramento	Economia	56
Luís Maria Viana Palha da Silva	Vogal do CA/CAE	Jerónimo Martins	Secretário de estado do comércio (1992-95) do XII Governo Constitucional	PSD	Licenciatura	Gestão	54
Luís Valente de Oliveira	Vogal do CA/CAE	Mota Engil	Ministro do planeamento e administração do território (1987-95); Secretário de estado do comércio externo (1985-87); Ministro do plano e administração do território (1985-87); Ministro da educação (1978/79)	PDS	Doutoramento	Engenharia civil	73
Manuel Cavaleiro Brandão	Vice-presidente da mesa da AG	BPI	Deputado à assembleia da república de 1980 a 1987.	CDS-PP	Licenciatura	Direito	64
	Presidente da mesa da AG	Sonae					
Miguel José Luís de Sousa	Secretário da mesa da AG	BANIF	Deputado à assembleia legislativa da madeira (PSD)	PSD	Licenciatura	Finanças	57
	<b>Cargo de gestão</b>	<b>Empresa</b>	<b>Background político</b>	<b>Governo/Grupo Parlamentar</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Idade</b>
Miguel Luís Kolback da Veiga	Vogal do CA/CAE	Impresa, S.A.	Deputado pelo círculo do porto à 1ª assembleia de constituintes	PSD	Licenciatura	Direito	74
Norberto Rosa	Vogal do	Zon multimédia	Secretário de estado do	PSD	Licenciatura	Economia	55

	CA/CAE		orçamento (1993-95/2002-2004)			a	
Nuno Baltazar Mendes	Presidente da mesa da AG	Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.	Deputado à assembleia da república pelo PS (1995-99 /1999-2002) dos XIII e XIV Governos Constitucionais	PS	Licenciatura	Direito	52
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos	Vogal do CA/CAE	BES	Deputado à assembleia da república(76-80)	PS	Licenciatura	Direito	61
Paulo de Pitta e Cunha	Presidente da mesa da AG	BES	Militante do PPD/PSD entre 1974 e 1977. Deputado à assembleia da república em 1976.	PSD	Doutoramento	Direito - Ciências Jurídico-Económicas	73
Paulo José Ribeiro Moita de Macedo	Vice-presidente do CA/CAE	BCP	Ministro da saúde (2011/...) do XIX Governo Constitucional	PSD/CDS-PP	Licenciatura	Gestão	47
Paulo Mota Pinto	Vogal do CA/CAE	Zon multimédia	Mandatário nacional da candidatura de Manuela Ferreira Leite à liderança do Partido Social Democrata (2008); Vice-presidente da Comissão Política Nacional (2008/10).Deputado à Assembleia da República (2009-11);(2011/	PSD	Doutoramento	Direito - Ciências Jurídico-Civilísticas	44
Rui Chancerelle de Machete	Presidente da mesa da AG	EDP Renováveis	Secretário de estado da emigração (1975). Ministro dos assuntos sociais (1977-79). Ministro da Justiça ( 1983-85). Vice-primeiro-ministro e ministro da defesa nacional (1985) do X Governo Constitucional.	PS-PSD	Licenciatura	Direito	70
	Presidente da mesa da AG	Sociedade Comercial Orey Antunes					



	<b>Cargo de gestão</b>	<b>Empresa</b>	<b>Background político</b>	<b>Governo/Grupo Parlamentar</b>	<b>Habilitações</b>	<b>Área de formação</b>	<b>Idade</b>
Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena	Presidente da mesa da AG	EDP	Ministro da Reforma Administrativa do II Governo Constitucional; Ministro da Defesa Nacional do XIV governo Constitucional. Deputado do CDS (1976-83)	PS	Licenciatura	Direito	71
	Vogal do CF/CGS	EDP					
	Vogal do CA/CAE	SAG GEST SGPS S.A.					
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva	Vogal do CA/CAE	Sport Lisboa e Benfica - Futebol, SAD	Ministro adjunto do primeiro ministro (2004/05) do XVI Governo Constitucional; Ministro dos Assuntos Parlamentares (2004); Deputado à Assembleia da Republica nas V, VI, VII, VIII, IX e X legislaturas; Vice-presidente do PPD/PSD (2007/08)	PSD/CDS-PP	Licenciatura	Direito	52
Vasco Esteves Fraga	Vogal do CF/CGS	BCP	Secretário de estado adjunto do ministro dos transportes e comunicações (79-80)	PS	Licenciatura	Finanças	60